

MEMORIALISMO, RÓTULOS E COLONIALISMO: IMPRESSIONES SOBRE O I COLÓQUIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO*

*Breno Viotto Pedrosa***

O presente ensaio tem como objetivo avaliar alguns aspectos do I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico, realizado na Universidade Federal de Uberlândia, durante os dias 27 e 30 de abril de 2008.

O Colóquio foi organizado para que houvesse mesas redondas ou conferências na parte da manhã e à noite. No período da tarde haveria grupos de trabalhos organizados nos seguintes eixos: Geografia e Pensamento Social Brasileiro, História da Geografia Escolar, Espaços Institucionais do Saber Geográfico, Epistemologia e Historiografia do Pensamento Geográfico, Matrizes do Pensamento Geográfico e Conceitos e Técnicas da Pesquisa Geográfica. Participei neste último grupo com um trabalho intitulado “Paisagem, Técnica e Gênero de vida: reflexões sobre a Geografia de Max Sorre”¹. De uma forma geral cada grupo contava com cerca de oito ou nove trabalhos para serem discutidos em duas tardes. No último dia de colóquio, após as discussões, cada coordenador de mesa deveria preparar um relatório que seria apresentado oralmente a todos participantes.

Buscaremos, com base no que foi observado e na nossa experiência de pesquisa nesse campo, apontar três problemáticas fundamentais muito presentes em todo o transcurso do colóquio. São elas: (1) a questão do memorialismo em geografia, (2) o problema dos rótulos e (3) o pós-colonialismo. A primeira problemática se refere ao fato de que mui-

* Agradeço imensamente Perla Zusman, Ana Pereira, Aline Santos, Marina G. Henriques e Rafael M. Pacchiega, que contribuíram para a formulação das reflexões apresentadas neste texto.

** Geógrafo pela Universidade de São Paulo. brenoviotto@hotmail.com

¹ Os anais do colóquio, bem como a programação completa, estão disponíveis no site <http://www.ig.ufu.br/coloquio/index.htm>.

tos geógrafos foram para o encontro contar suas histórias e isso me remeteu a uma indagação maior no tocante à metodologia de pesquisa e aos procedimentos de coleta de tratamento de dados. O segundo tema se refere aos rótulos e penso que devemos repensá-los, de um lado no que se refere aos seus conteúdos e em outro aos seus recortes ou periodizações. E finalmente apresentarei a questão do colonialismo intelectual e o debate acerca das contribuições que as geografias pós-coloniais poderiam eventualmente nos oferecer.

A QUESTÃO DO MEMORIALISMO EM GEOGRAFIA

Em diversos momentos de minha curta jornada de pesquisa na área de história do pensamento geográfico, me haviam contado que uma fase memorialista da história da geografia brasileira havia terminado. Ou seja, a história contada através dos relatos das histórias vividas de alguns intelectuais havia se acabado. Entretanto, ao ir para Uberlândia, penso que não foi isso que pude avaliar. Uma série de mesas contou com a exposição memorialista de alguns geógrafos, que nos contaram o processo de consolidação de determinados aportes teóricos e metodológicos da geografia, seja ela neopositivista ou humanística.

Nos contaram quais eram as relações da geografia brasileira com a geografia feita em outros países, suas experiências profissionais, quantos e quais eram seus orientandos, onde estavam atualmente, suas dificuldades e angústias frente a todo tipo de preconceito e resistência da geografia dita tradicional e seu *status quo* com os pés bem cravados nas bases burocráticas e institucionais da academia.

Como bem nos apontou Manoel Fernandes Sousa Neto, no evento de encerramento do colóquio, atualmente existe uma tendência, ou um projeto para que se faça uma sociologia do conhecimento e da ciência, antes, depois e durante sua institucionalização ou seu abandono. O que obviamente representa um brutal enriquecimento e ampliação do escopo de estudo no campo da história do pensamento geográfico. Além disso, sua perspectiva inovadora nos oferta um maior arsenal de referências bibliográficas e autores que vão da história da ciência no Brasil, até aqueles que escrevem sobre filosofia da ciência. Porém, como ressaltamos anteriormente o testemunho dos diversos geógrafos ainda persistiram fortemente durante todo o encontro. Então, o que fazer com estes relatos?

Nossa proposição diante desse fato é a utilização desse tipo de testemunho como documento histórico de investigação dos percalços de nossa disciplina. Devemos encará-las como se fossem uma espécie de fonte primária, salvo as devidas proporções. Ou seja, não podem ser a única fonte de pesquisa, devemos atentar para o anacronismo e não poderemos ser unilaterais quanto às considerações feitas através dos relatos.

Aliás, cremos que o desperdício da publicação de tais conferências nos faz refletir que talvez a geografia brasileira careça de alguma obra que se refira à documentação, aos procedimentos e às teorias sobre sua própria história. No que diz respeito à metodologia, penso que a troca de experiências com colegas durante o colóquio foi muito rica, principalmente no tocante aos processos de pesquisa, já que havia grande diversidade do ponto de vista dos procedimentos e no tocante a esboços de teorização. Tal debate poderia evitar que a história do pensamento se torne independente da geografia, além de exigir considerações sobre a relação entre geografia histórica e história da geografia.

Manoel Fernandes de Sousa Neto, também no referido encerramento, propõe uma certa divisão no campo da história da geografia: de um lado teríamos estudos sobre os movimentos epistemológicos da geografia e de outro teríamos a história das instituições e dos usos sociais da geografia. Os dois campos propostos não poderiam abrir mão de uma certa visão sociológica, seja através de figuras mais iconoclastas que se destacam frente à produção do conhecimento geográfico, ou seja, por meio dos grupos que consolidam uma espécie de agenda de pesquisa em conjunto. Entretanto, penso que mesmo dessa perspectiva a história do pensamento geográfico não pode abrir mão de sua metodologia geográfica, como por exemplo, trabalhos de campo, entrevistas, levantamento de documentação etc. Muito menos de seus conceitos próprios, como território, região, paisagem, técnica etc. Pois uma exacerbação de alguns procedimentos próprios da História pode fazer com que nós, geógrafos, nos tornemos historiadores incompletos e que o campo de história do pensamento geográfico produza uma série de estudos descolados do corpo principal da sua disciplina matriz.

Em suma, o que vem sendo chamado de história do pensamento geográfico não pode ser reduzido na história da formação territorial brasileira, ou em uma história das instituições, pois os movimentos epis-

temológicos têm fundamental importância para compreendermos a geografia que fazemos hoje. E ao dizer isso, não quero fazer apologia a uma especialização nas idéias dos outros, nem à criação do geógrafo especialista em método. O projeto que me parece fundamental é oferecer a todos um material que permita a percepção de uma dimensão histórica da disciplina, que relacione a história da ciência e de seus usos sociais, muitas vezes obscurecidos pelo tempo e pela falta de memória dos brasileiros. E para isso o que importa é a relevância dos temas *tout court* e não a simples exaustão de apenas uma frente de pesquisa.

Concordamos que a história da geografia e a geografia histórica se imbricam, mas têm suas diferenças e particularidades. Nos remontamos aqui às reflexões feitas por Carl Sauer, em seu texto "Foreword to historical geography"², um texto antigo, porém essencial nesse debate. No dito artigo, Sauer nos mostra sua concepção de que é possível se utilizar do método geográfico para reconstituir e analisar uma paisagem ou região do passado. Teríamos então uma tentativa de síntese geográfica de uma região em um momento passado. Por mais abrangente que hoje em dia seja a formulação do termo de "pensamento geográfico", é evidente que essas diferenciações entre história da geografia e geografia histórica ainda se fazem necessárias.

No tocante a uma produção específica da história da geografia brasileira, após o processo de fundação da geografia na Universidade de São Paulo, sabemos que existem algumas lacunas³ no que se refere a alguns geógrafos ou momentos-chave de transformação dos processos de produção do conhecimento. E de fato o que preenche essas lacunas são justamente os relatos memorialistas de alguns geógrafos que não se importam de contar suas histórias. A consequência dessas lacunas de nossa história é uma falta de esclarecimento, nos cursos de graduação, acerca da geografia no Brasil e suas atuais perspectivas. Se pensarmos

² Carl Sauer, em seu texto "Foreword to historical geography", *Annals, Assoc. Amer. Geogr.*, v. 31, p. 1-24, 1941.

³ No entanto, não podemos nos esquecer dos avanços teóricos e empíricos que surgiram no campo da história do pensamento geográfico desde a década de 1980, no núcleo de pesquisadores aglutinados no periódico *Terra Brasilis* e em um eixo de debate ao redor da história do pensamento geográfico. Talvez durante o colóquio as reflexões feitas por esses pesquisadores foram contempladas apenas parcialmente ou de maneira muito tênue.

em obras de síntese, os grandes manuais de história do pensamento geográfico vêm de fora do país, e apesar de alguns esforços não existe muito mais do que algumas traduções ou resumos que têm sua resolução analítica turvada. Se nós não seguirmos a frase do velho filósofo, conhece a ti mesmo, estaremos fadados a descobrir a roda todo ano, ou seja, faremos incessantemente o trabalho de Sísifo e nos depararemos com idéias antigas travestidas de novas.

Portanto, se ninguém se dedica a estudar as especificidades de alguns grupos de pesquisa ou a obra de geógrafos eminentes, estaremos para sempre condenados aos rótulos cochos. Por exemplo, Ary França utiliza em parte significativa de sua obra o pensamento do geógrafo francês Max. Sorre. Um pensamento simplista nos levaria a concluir que França apenas reproduziu Sorre, aceitando os postulados de sua geografia sem avançar ou retroceder, se dedicando a estudos de caso. Esse mesmo pensamento simplista ainda classificaria a geografia de Max. Sorre como positivista, organicista, despolitizada e ultrapassada. Já um pensamento investigativo e sério busca os autores em sua especificidade para fazer uma síntese competente da totalidade do movimento histórico. Busca ainda averiguar até que ponto o pensamento de Sorre foi uma inspiração, um terreno fértil, que permitiu o florescimento de uma geografia original para além dos estereótipos. Escolher autores ou grupos de pensadores muito importantes que repercutiram largamente na geografia, nos encaminha a uma melhor compreensão do “espírito da época” e conseqüentemente uma melhor síntese da história da disciplina. Como aponta David Livingstone⁴ existe a forte presença de uma micro-história no pensamento geográfico de uma forma geral, e esta micro-história às vezes esclarece sobre pontos de menor pertinência e abrangência. Passaremos então para nosso próximo problema, o dos rótulos.

OS RÓTULOS

O colóquio realizado em Uberlândia foi organizado de modo a existir uma mesa para cada uma das abordagens em geografia, ou seja, uma mesa seria dedicada à abertura do evento, em seguida uma para geografia neopositivista, uma para geografia física, uma para a fenomenologia

⁴ LIVINGSTONE, David. “The Geographical Tradition”. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

e outra para a geografia crítica. A idéia inicial é que se explanasse sobre as perspectivas, sendo que, no título de algumas das mesas as reflexões deveriam girar em torno do Brasil. Certamente que os organizadores do evento tiveram uma boa intenção ao dividir as mesas assim, entretanto, pudemos notar que algumas pessoas trataram essas divisões - o termo mais adequado deveria ser periodizações - de maneira rígida e linear, o que pode significar um empobrecimento.

Em certa altura do evento, tivemos uma mesa e alguns grupos de trabalho que falaram sobre a geografia tradicional. Alguns desses geógrafos, analisando os postulados do positivismo, concluíram que a geografia francesa tinha uma fonte eminentemente nessa linha de pensamento, sem nenhuma ligação com o historicismo, que por sua vez tem origem no romantismo alemão. Ora, para uma análise mais acurada não podemos generalizar. Além disso, como discutir o momento delicado de afirmação da fundação da geografia francesa, sem se referir à antológica querela entre a morfologia social e a geografia? Morfologia esta, provida da sociologia francesa que como seu mestre Durkheim era positivista. Se ambos eram positivistas, qual seria o motivo de tanta discórdia? Será apenas a disputa por um campo de estudo?

Independentemente disso, um dos temas da agenda de pesquisa sobre a história do pensamento geográfico deveria se dedicar em repensar esse rótulo que condensa e homogeneiza mais de 70 anos de produção de conhecimento geográfico em uma pasta amorfa de trabalhos e geógrafos, ligados às palavras, positivismo, empirismo, descrição, geografia setorial e inércia. Como colocar em um mesmo grupo, geógrafos como Ratzel e Mackinder, ou então Carl Sauer e A. Demangeon. Suas geografias se tocam em alguns pontos, mas são completamente opostas em outros. Esses geógrafos não responderam às demandas sociais de suas épocas? O que aconteceu com as velhas escolas nacionais? Como sabemos há muito tempo elas não existem mais, porém não seria proveitoso que a geografia brasileira partisse dessas divisões espaço-temporais para pensar algumas matrizes do pensamento geográfico? Por exemplo, é inegável que a idéia de geografia como diferenciação de áreas, surgiu do pensamento kantiano, principalmente na Alemanha. Talvez essa idéia das escolas ainda nos valha alguma coisa para estudar a história de nossa disciplina e repensar o rótulo estéril de "geografia tradicional". Ou talvez seja mais proveitoso pensar em uma nova periodização para esses anos de edificação da geografia.

O que não pode é permanecer apenas a geografia tradicional seguido das palavrinhas, sendo que o mais engraçado é que dessa massa amorfa de gente ultrapassada só se salvam os heróis de uma revolução que acontecerá em um futuro distante, como um Eric Dardel ou um Élisée Reclus. Não queremos que haja uma revalorização ou uma retomada, no sentido estreito do termo, mas sim que possamos ver com mais cuidado tudo o que se passou. Só um grande domínio do passado nos permitirá não cair ou criar novas armadilhas. Portanto esse período é essencial para uma geografia consciente de si.

Passemos então para outra fase do desenvolvimento da geografia. Saí do colóquio com a impressão de que houve a geografia tradicional - de que já falamos - depois a nova geografia, mas daí veio a geografia crítica, que criticava tudo isto; depois veio a geografia humanística e hoje em dia, após muitos tiros trocados nas trincheiras da disputa por uma certa hegemonia, todo mundo conversa "numa boa". O que não foi dito é que aconteceu tudo junto ao mesmo tempo e que ao invés de uma história estanque temos uma dinâmica onde um rótulo desemboca no outro, em um movimento confuso cheio de avanços, recuos e desenvolvimentos paralelos. E o que talvez não se tenha refletido é: será que apenas esses três tipos de geografia servem para pensar a produção geográfica brasileira atualmente? Não são rótulos "estrangeiros"?

Foi muito curioso que esporadicamente surgiam algumas explicações nos moldes de Kuhn onde, como numa apresentação de dança, os diversos paradigmas entravam e saíam da luz dos holofotes e não existia nada mais na penumbra. Não foi dito, por exemplo, que no período da nova geografia, geógrafos como Carl Sauer, Max. Sorre, Pierre Monbeig e até mesmo Richard Hartshorne tinham posições claras sobre a quantificação em geografia e já indicavam as distorções dos exageros na utilização de técnicas matemáticas e estatísticas.

O que não podemos esquecer, e que certamente descarta completamente a idéia dos rótulos, é que no Brasil muitos dos geógrafos quantitativistas se tornaram geógrafos críticos. Mesmo alguns daqueles que se enquadrariam na famigerada classe dos tradicionais se tornaram críticos. De modo desafiador, os mais diversos geógrafos brasileiros trespassam as divisões dos rótulos, ora assumindo uma etiqueta de cientista dos números, ora usufruindo a etiqueta de revolucionário contra um regime opressor. E essa história linear por rótulos dá conta de explicar

essa geração de grandes modificações e trocas? Penso que não. Talvez, esse esquema de rótulos explique somente algum tipo de disputa ideológica de maneira simplificada.

O que se faz necessário é uma nova periodização da geografia brasileira, e como foi apontado no último dia, não podemos tratar a história da geografia nacional como um capítulo de outras geografias, do centro do sistema. Apesar disso, é inegável, por exemplo, que várias tendências da geografia vieram impostas de fora. O que importa é como a geografia mundial reverberou na geografia brasileira e se ela deu margem para inovação e a criação de projetos científicos independentes. Agora, o que temos que atentar é que talvez nos falte uma periodização mais acurada. Um fato que marca essa problemática é que em uma das mesas alguém perguntou sobre o período da nova geografia no Brasil e os integrantes não apresentaram um consenso, seja no tocante ao intervalo de tempo, seja no que diz respeito aos acontecimentos que eventualmente poderiam marcar um ganho ou perda de evidência científica.

Nesse contexto, os vetores que vêm de fora, e que por vezes acabam sufocando a produção científica interna, podem ser um tema importante. Outro tema que poderia ser de grande importância - e de certa forma ligado ao anterior - é o problema do "atraso" na renovação teórica. É interessante também se pensar em alguns artifícios e peripécias que podem eventualmente amenizar esse atraso e facilitar o processo de "colonização" intelectual. Ou seja, quando uma teoria ou nova perspectiva é lançada no centro do sistema, pode ser que demore um tempo para chegar na periferia. E com isto, chegamos ao nosso último assunto, as geografias pós-coloniais.

O PÓS-COLONIALISMO

Novamente, no último dia do colóquio, na mesa sobre a geografia crítica, nos foi chamada atenção para a importância dos estudos pós-coloniais. Os autores que compõem esse grupo de estudos pós-coloniais formam sua unidade somente por alguns temas que os unem, pois como foi dito na mesa, estes pensadores recorrem a arranjos metodológicos que combinam uma heterodoxia de fontes. Além disso, o que alguns desses pensadores têm em comum é uma série de abandonos: abandono da idéia de totalidade, do cientificismo, e da idéia de lei. A nova lei agora é que existe um certo relativismo doce, entre os povos, ou entre

os oprimidos e opressores, entre centro e periferia. O conhecimento é um produto social e não existem mais certos ou errados, ou seja, o conhecimento se torna uma prática social que deve ser discutida. A totalidade, por sua vez, é posta de lado devido à dificuldade de se pensar o mundo contemporâneo “complexo”. Sendo assim, existe um processo de colonização e ocidentalização dos povos através do conhecimento. Após a exposição dessas idéias o debate se centrou na questão da colonização do conhecimento, na possibilidade real de sermos cientistas colonizados pelo que vem de fora e nos pressupostos pós-coloniais como uma possível oferta de emancipação.

No entanto, antes de prosseguir, é interessante notar que o tema do imperialismo e os estudos pós-coloniais, de uma forma geral, são a ponta de lança da agenda de pesquisa da geografia em todo mundo anglo-saxão. Isso se torna evidente ao folhear uma obra de síntese de um projeto maior de pesquisa como a organizada por James Duncan, “A Companion to Cultural Geography”⁵. Seria interessante até mesmo uma reflexão de por que o centro do sistema está interessado no imperialismo cultural. No tocante aos precursores desses estudos subalternos, cabe ressaltar que um intelectual como Edward Said, palestino de nascimento, teve parte significativa de sua formação fora de sua terra natal. Cursou escola preparatória em Massachusetts, nos EUA, foi estudar na universidade de Princeton e ainda fez pós-doutorado em Harvard. É interessante ressaltar também que o estudo pioneiro e célebre *Orientalismo*, de 1978, vai se tornar vedete da geografia muito tempo depois de seu lançamento. Penso que essa obra célebre dispensa apresentações. Vamos então acompanhar o desenvolvimento de uma das obras de Homi Bhabha, um outro autor do grupo o qual estamos nos referindo.

Homi Bhabha gasta uma boa parte da introdução do seu livro “O local da cultura”⁶ para agradecer a seus colegas, todos professores ou estudantes de universidades bem distantes da Índia, sua terra natal. Vamos tangenciar um pouco mais essa sua obra. Em “O local da cultura” Bhabha escolhe um arranjo metodológico que beira a incoerência e dificulta muito

⁵ James Duncan, Nuala Johnson, Richard Schein “A Companion to Cultural Geography” s. l.: Blackwell Publishing, 2005 (2004).

⁶ BHABHA, Homi. “O local da cultura”. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998 (1994).

a compreensão. O autor trata principalmente do caso da Índia (seu nacionalismo, sua colonização), do processo de opressão dos negros dos EUA e por vezes aborda casos nos países árabes. Através de obras literárias, Bhabha tenta esclarecer quais são as táticas, os processos e o choque entre as culturas do primeiro mundo e do terceiro mundo. Nesse sentido analisa a formação da nação, o mimetismo cultural, as trocas culturais e o processo subversivo de assimilação de ambas as partes, o que geralmente ocasiona conflitos explícitos ou velados (caso dos hindus vedas que absorvem a filosofia do cristianismo sem se submeterem à igreja ou serem batizados). A obra segue abordando os temas da associação de determinadas idéias a determinados grupos, estereótipos, o *nonsense* cultural e a repulsa dos colonizadores. O estudo se pauta na obra de Freud e Lacan, utilizando a psicanálise e a teoria literária na óptica da obra de F. Fanon, para compreender quais são as relações culturais existentes em dominador e dominado. Como vimos, durante seu texto tortuoso e labiríntico, nos deparamos a cada passo com reflexões de críticos literários sobre poetas norte-americanos desconhecidos, considerações sobre eventos pouco discutidos sobre a história da Índia, para citar algumas das complicações dessa obra complexa. Aliás, às vezes fica difícil saber o que é mais complexo, a realidade ou o arranjo metodológico escolhido para a análise de Bhabha.

Não se pode dizer isso de todas as geografias pós-coloniais, porém, por vezes se tem a impressão de que este tipo de conhecimento que antes era subversivo e crítico passou por um processo de domesticação e se tornou um transviado comportado. Esse processo de elaboração, feito quando o centro do sistema absorve alguma insurgência cultural é muito comum, e o que ocorre de praxe é se colocar os rebeldes como mercadoria nas prateleiras nos supermercados de todo o mundo. O fato é que, apesar desses intelectuais falarem sobre a periferia, alguns o fazem confortavelmente do centro.

Independentemente desse fato, no final das contas, o que temos são temas. Temos uma tentativa de nos enxergarmos através dos olhos dos colonizadores e tentamos identificar todas as atrocidades cometidas. Acho que já sabíamos disso, antes de estourarem as geografias pós-coloniais. Já sabíamos, por exemplo, que os modelos interpretativos da periferia não são aceitos no centro do sistema e que algumas tentativas de alçar vôos independentes foram boicotadas. Sabemos também

todos os problemas que acarretam substituir o objeto e a atualização das categorias geográficas por temas (vide Pierre George, "Os métodos da geografia"⁷). Será que ao observar o colonialismo nos moldes pós-coloniais não correremos o risco de vê-lo como um fenômeno isolado e distante de uma dinâmica mais ampla? Ao observar somente as relações políticas e culturais do colonialismo não se poderia "desmaterializar" as relações como já nos apontou Boaventura Santos⁸? O imperialismo atualmente se manifesta nos moldes coloniais do passado? Qual o papel da ciência e da técnica no novo imperialismo? Certamente é central.

Por esses motivos e por outros é que não podemos jogar fora a idéia de totalidade, pois somente ela nos permitirá apreender o movimento mais geral da história e compreender, através de uma visão conjuntural as diferentes formações sócio-espaciais. Essa totalidade não seriam todas as coisas do mundo, somente as mais importantes, ou seja, as variáveis estratégicas que abrangem a dinâmica de grande parte dos lugares. Com toda certeza o imperialismo cultural, vinculado diretamente com o imperialismo econômico, é uma dessas características estratégicas. Certamente, com a imposição de um "mundo complexo" temos uma maior dificuldade de identificar as categorias estratégicas, o que não significa que não devamos tentar. As obras desses autores são de fato importantes e inovadoras, mas o mimetismo não tem razão de ser, já que temos riquezas nacionais ainda não "exploradas" no que tange à ciência geográfica.

Dentro do debate da descolonização do conhecimento se faz necessário discutir seriamente o período da geografia crítica, e mais precisamente os fins do século XX. Nesse período um jogo de força entre interno e externo se intensifica e a história da geografia brasileira conhece fenômenos dantes inexistentes. Talvez esse seja o período de eferescência em que surgiram várias correntes independentes, ou que conseguiram construir um projeto autônomo para o Brasil. A incógnita desse fim de século teve por conseqüência, durante todo o colóquio, a falta

⁷ GEORGE, Pierre. "Métodos da geografia" São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. "Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e de outro". Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>, acessado 18 de junho de 2008.

de um real balanço da geografia brasileira hoje. Quais suas tendências, seus grupos, para onde se dirige sua produção, qual sua inserção em um projeto nacional? Onde se inserem as produções baseadas no pós-modernismo, ou o grupo de pesquisadores aglutinados ao redor de grandes mestres como Milton Santos ou Aziz Ab'Sáber? Aliás, se falou muito sobre a descolonização-colonização do conhecimento científico, mas não se tratou dos motivos pelos quais alguns dos geógrafos críticos ou marxistas tiveram, sistematicamente, sua entrada recusada no departamento de geografia da Universidade de São Paulo. Não podemos substituir a real compreensão de uma história recente por soluções miraculosas.

Sabemos que a geografia crítica se institucionalizou. Ou seja, a partir da mitológica "revolução" de 1978 (sic) ela conseguiu fincar os pés na academia. Entretanto, o que aconteceu com os movimentos políticos dentro da disciplina? Será que a falta de um objetivo claro - a derrubada da ditadura - desarticulou a luta pela democratização ou pela mudança social? O que aconteceu com toda a relativa liberdade acadêmica daquele período? Onde estão os textos clássicos daqueles geógrafos? Às vezes é difícil de encontrá-los nas bibliotecas ou nas bibliografias dos cursos em que tive a oportunidade de acompanhar. Cabe finalmente perguntar se não existe uma colonização e uma ossificação da estrutura acadêmica, fruto do temor de que novas revoluções venham dar voz àqueles que estão na margem.

INSTRUÇÕES E NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE ORIGINAIS

O **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA** publica trabalhos de pesquisa originais e inéditos, de preferência escritos em português, sobre assuntos de interesse científico e geográfico, sejam ou não autores membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros, e obedecidas as seguintes normas:

1 O **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA** publica artigos científicos com até 65.000 caracteres (sem contar os espaços), notas que apresentam resultados preliminares de pesquisas, comunicações curtas ou outras pequenas contribuições informativas com até 32.000 caracteres e resenhas bibliográficas com até 10.000 caracteres.

2 O trabalho deve ser enviado em disquete (Word for Windows ou compatível) juntamente com cópia impressa, os quais devem seguir o seguinte roteiro: I) papel A4, margens 2,2 cm cada, fonte Times New Roman, corpo 12 e espaçamento duplo; II) na primeira folha constar apenas: título do trabalho, nome do(s) autor(es), endereço, telefone(s), endereço eletrônico, atividade profissional e instituição a que está vinculado; III) iniciar o texto na segunda folha repetindo apenas o título do trabalho.

3 Os artigos devem apresentar em português e em uma língua estrangeira (inglês ou francês): título, resumo (máximo 700 caracteres) e palavras-chave (máximo de cinco). Os resumos e as palavras-chave devem ser incluídos no início do trabalho (folha 2), logo após o título.

4 As ilustrações (mapas, desenhos, gráficos, fotografia em preto e branco etc.) devem constar com a denominação "figura" e ser numerados com algarismos arábicos tanto no corpo do texto como na legenda. Os originais das ilustrações e tabelas (papel e arquivo) com os respectivos títulos e legendas devem ser enviados separados do texto em papel vegetal ou em papel branco e ter dimensões máxima de 11 x 17 cm. Não

serão aceitas cópias xerográficas. Indicar no texto a posição de inserção das ilustrações e tabelas.

5 Solicitamos a seguinte forma para a bibliografia:

BIONDI, J. C. Kimberlitos. In: CONGRESSO BRAS. GEOLOGIA. 32. Salvador, 1982. Anais... Salvador: SBG, 1982. v.2, p. 452-464.

LACOSTE, A.; SALANON, R. Biogeografia. 2. ed. Barcelona: Dikos/Tau, S.A. Ediciones, 1973. 271 p.

SÃO PAULO, Instituto Geográfico e Geológico. Mapa Geológico do Estado de São Paulo - escala 1:1.000.000. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1975.

SCARIN, Paulo Cesar. Crítica à apologia dos objetos. In: Geosp, Espaço e Tempo. revista de pós-graduação do Departamento de Geografia, FFLCH-USP São Paulo, n. 5, p. 57-60. 1999.

Isto permite a referência bibliográfica e a indicação da fonte de citação ao longo do texto, na seguinte forma: (BIONDI, 1982, p. 457) ou (LACOSTE; SALONON, 1973, p. 86).

6 Os trabalhos para publicação deverão ser remetidos à:

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - Seção São Paulo

A/C Coordenação de Publicações - Boletim Paulista de Geografia. Caixa Postal 64.525 - CEP 05402-970, ou pelo e-mail bpg_agb@yahoo.com.br.

